

DESAFIOS PARA A REFORMULAÇÃO DE UM PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: análise em uma escola da rede municipal de São Luís – MA

Adeíses Lima dos Santos ¹

RESUMO

O presente trabalho apresenta algumas reflexões sobre o Projeto Político Pedagógico (PPP), sua importância e suas características, com enfoque nas principais dificuldades em seu processo de reformulação em uma escola da rede municipal de São Luís – MA. Para isso foi realizada uma pesquisa de cunho qualitativo e entrevista semiestruturada para a coleta dos dados. Para embasamento teórico, utilizamos ainda autores como Arroyo (1998), Freitas (1991), Gadotti (1994) e Veiga (2002). Durante a pesquisa foi possível perceber que o gestor demonstrou uma visão de escola democrática e participativa, porém, deixou claro que ainda encontra dificuldades no processo de reformulação, principalmente no que diz respeito a discutir o documento com os professores.

Palavras-chave: Projeto Político Pedagógico, Gestão Democrática, Educação.

INTRODUÇÃO

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é alvo de muitas discussões, pois é reconhecido como um documento que norteia o trabalho da escola, trazendo os direcionamentos a serem tomados dentro da realidade de cada instituição.

Através deste documento é possível proporcionar à comunidade escolar o conhecimento das condições de funcionamento da escola e das potencialidades que essa escola possui, visando a superação dos principais problemas e o cumprimento da função escolar de transmissão de conhecimento com foco em formar cidadãos conscientes para a transformação da sociedade, preparando “uma comunidade com capacidades, destrezas, valores e conhecimentos” (SANTOMÉ, 2001, p.58).

Ou seja, é no PPP que planejamos aquilo que temos o propósito de fazer, com o pensamento no futuro, tendo como ponto de partida o presente. De acordo com Gadotti (1994):

Todo projeto supõe *rupturas* com o presente e *promessas* para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores. (GADOTTI, 1994, p.579)

¹ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão - MA, adeiseslima@hotmail.com, (83) 3322.3222

A escola como uma instituição formadora de cidadãos críticos e conscientes, se torna um importante espaço para o desenvolvimento da autonomia do sujeito enquanto ser pensante, mas, para isso é necessário que essa autonomia comece com a participação de toda a comunidade escolar nas atividades e decisões da escola, principalmente na construção do seu Projeto Político Pedagógico

Esta pesquisa tem como objetivo identificar as principais limitações e dificuldades no processo de reformulação do Projeto Político Pedagógico de uma escola da rede municipal de São Luís/MA. Para isso trazemos inicialmente o conceito de PPP e sua relevância no processo educativo e em seguida os dados da pesquisa.

Essa pesquisa é de caráter qualitativo, que de acordo com Gatti e André (2013), nos possibilita a compreensão dos sentidos e dos significados conferidos aos envolvidos na pesquisa. O campo escolhido para a investigação foi uma escola da rede municipal de São Luís – MA que atende alunos do 1º ao 5º ano, além da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Através da observação do PPP da escola e da entrevista com o gestor foi possível perceber que ainda são muitos os percalços na reformulação desse documento que é visto como identidade escolar.

Considerando essa experiência, este trabalho discute a importância da construção de um PPP voltado à emancipação da escola e seus participantes. Pois o projeto “não se constitui na simples produção de um documento, mas na consolidação de um processo de ação-reflexão-ação que exige esforço conjunto e a vontade política do coletivo escolar” (VEIGA, 2001, p.56). Deste modo, a elaboração ou reformulação (como no caso deste trabalho) requer uma visão democrática, com decisões tomadas de maneira coletiva.

Assim, no primeiro momento deste trabalho será apresentada a abordagem metodológica utilizada. Em seguida trarei a contextualização da temática à luz de alguns autores. Após isso a análise e suas reflexões e por fim algumas considerações de todo esse processo.

METODOLOGIA

Esta pesquisa é de cunho qualitativo, possibilitando uma compressão mais ampla dos fenômenos. Esse tipo de pesquisa nos permite considerar os pontos subjetivos, além de “perseguir faces menos formalizáveis dos fenômenos, às quais damos o nome de qualidade” (DEMO, 1998, p.92).

No momento de coleta de dados, utilizei de entrevista semiestruturada, que se trata de “um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional” (LAKATOS e MARCONI, 2003, p.195). A entrevista que foi gravada (com autorização prévia do gestor), foi transcrita em seguida e analisada.

A pesquisa foi em feita em uma escola da rede municipal de São Luís, que atende a estudantes do 1º ao 5º ano nos turnos matutino e vespertino, além da Educação de Jovens e Adultas (totalizando em média de 300 alunos). A escolha pela escola aconteceu pelo fato de a mesma estar localizada nas adjacências da Universidade Federal do Maranhão, facilitando o acesso.

DESENVOLVIMENTO

O PPP pode ser considerado como um documento de identidade da escola, pois ele evidencia os valores que a instituição carrega, além de traçar um percurso a se seguir em busca de sua intencionalidade educativa. Nesse sentido, este documento está diretamente ligado ao compromisso sociopolítico, pois tem engajamento com a formação do cidadão para a sociedade (VEIGA, 2002). Por ser Político e Pedagógico, ele deve estar baseado em reflexões constantes sobre as problemáticas escolares, buscando alternativas para solucioná-las.

Construir um Projeto Político Pedagógico de maneira emancipatória requer um pensamento democrático, onde todos tem participação em sua construção. A Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (LDB) nos afirma que:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Sabemos que não é uma tarefa fácil construir um PPP dentro da perspectiva emancipatória, pois é necessário empenho e envolvimento de todos, bem como, motivação para que resulte em um trabalho de excelência, e contribua com o crescimento da escola como um todo. Assim, a construção do PPP passa a ser um instrumento de luta do coletivo, com o coletivo e para o coletivo. De acordo com Freitas (1991):

As novas formas têm que ser pensadas em um contexto de luta, de correlações de força – às vezes favoráveis, às vezes desfavoráveis. Terão que nascer do próprio “chão da escola”, com o apoio dos professores e pesquisadores. *Não poderão ser inventadas*

por alguém, longe da escola e da luta da escola. (grifos do autor) (FREITAS, 1991, p. 23)

Desta forma, possibilita a vivência democrática, trazendo consigo a participação de toda a comunidade escolar, pais/responsáveis dos alunos, alunos, comunidade e todo grupo escolar. Com o desenvolvimento de uma educação voltada para uma “autonomia responsável, a subjetividade moral e ética” (ARROYO, 1998, p.144). E para que se construa um PPP nessa perspectiva é necessário que se tenha bem explícito a intencionalidade da escola, levando todos os seus participantes a reflexão. Como afirma Veiga (2003):

Para que a construção do projeto político seja possível, não é preciso convencer os professores, a equipe escolar e os funcionários a trabalhar mais ou mobilizá-los de forma espontânea, mais propiciar situações que lhes permitam aprender e pensar e a realizar o fazer pedagógico de forma coerente. (VEIGA, 2003. p.13)

É necessário que a construção do documento proceda da realidade da escola, ressaltando suas singularidades e suas particularidades, e, nessa perspectiva o projeto se tem contribuição, buscando ajudar a alicerçar a autonomia da escola.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Aqui serão discutidas as principais reflexões geradas a partir da pesquisa. Inicialmente foi feita a análise do Projeto Político Pedagógico da escola em questão. O documento do ano de 2014 estava dividido da seguinte forma: apresentação; identidade e caracterização da escola; gestão do espaço escolar; concepção de educação e de práticas escolares; proposta curricular e considerações finais.

Na apresentação, o documento traz a concepção de PPP e os membros participantes da sua elaboração e como foi feita essa construção. Na caracterização da escola é possível encontrar os aspectos econômicos, culturais, sociais e geográficos da escola, além de sua visão, missão e valores. Sendo os seus valores baseados no princípio de cooperação, solidariedade e relações éticas, prezando pela construção pessoal de cada aluno.

No terceiro ponto (gestão do espaço escolar) é possível observar os aspectos organizacionais e administrativos-financeiros, como por exemplo: a quantidade de funcionários e o modelo de gestão em que a escola se fundamenta, que nesse caso é a gestão democrática. Deixando bem claro que todos os profissionais podem e devem participar dos debates e que as decisões são tomadas de maneira coletiva.

Em relação a concepção de educação e de práticas escolares, o documento traz uma prática educativa voltada para a construção de uma educação libertadora, com foco em um sujeito autônomo. E isso através de uma aprendizagem coletiva, trazendo o aluno para o centro da aprendizagem. Aqui também foi possível identificar a concepção de avaliação da escola, enfatizando que o professor deve deixar claro ao aluno a finalidade das atividades e que estas devem ser significativas e levar em consideração os aspectos cognitivos dos alunos.

A escola considera a legislação educacional, os PCNs como referencial curricular a partir das seguintes áreas do conhecimento: Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, História, Ciências Naturais e Arte. E por fim as considerações finais onde é exposto que para a elaboração desse documento, foi necessário a participação de todos os segmentos da escola, através de várias discussões em inúmeros encontros, com leituras de textos, estudos e pesquisas. Reforçando que o PPP deve ser revisado a cada dois anos a fim de complementações e mudanças necessárias.

É explícito a concepção de Projeto Político Pedagógico como identidade da escola, abrangendo as suas necessidades sociais e culturais, valorizando o contexto em que ela está inserida. Deixando claro a sua concepção de educação e de escola que se tem, visando o desenvolvimento de uma prática libertadora e que conceba o homem como sujeito autônomo, pois, de acordo com Guedes, Silva e Garcia (2017):

[...] a maior função da escola é humanizar o processo educacional e promover uma formação problematizadora, completa, que perpassa todos os aspectos da vida humana. Então, o papel que essa instituição desempenha na sociedade e a definição do tipo de sociedade que ela deseja construir devem fazer parte do projeto coletivo que ela desenvolve. (GUEDES, SILVA e GARCIA, 2017, p,583)

Segundo Gadotti e Romão (1997), a participação e a autonomia são fatores cruciais que devem compor o PPP da escola, não sendo apenas mais um documento escolar. Mas levando os ensejos de toda a escola, através da participação de todos.

Após essa breve análise iniciamos a entrevista com o gestor da escola, que se mostrou super solícito e receptivo. Ele nos deixou claro que o PPP estava em processo de reformulação, pois tratava-se de um documento do ano de 2014.

Durante a entrevista foi questionado sobre a visão da escola sobre o Projeto Político Pedagógico e ele prontamente nos respondeu que esse documento deve ser elaborado de maneira democrática e ampla, contando com a participação de todos que englobem a comunidade escolar, ultrapassando as paredes da escola, como podemos perceber na sua fala:

“esse é o grande sonho do PPP, que ele saia do espaço da escola, que ele chegue na comunidade e assim se discuta com as lideranças, com as famílias, com os pais, com

os professores, com as crianças [...] com os estudantes, com todos, buscando um bem comum, um ideal de educação que vá melhorar a comunidade, isso é um sonho, mas na prática isso aí ainda não se concretizou”.

É notória na fala do gestor a importância que esse documento tem, podendo ultrapassar os muros escolares e atingir a comunidade em que essa instituição escolar está inserida. Porém, é desafiador romper com essa imagem meramente burocrática, reguladora e disciplinadora para a construção de um projeto transformador e emancipador.

Foi questionado também sobre como feitas as discussões a respeito das questões inerentes ao PPP e ele nos respondeu que a escola tem que ter esse documento como uma prioridade e que este não deve ficar engavetado, mas “*que se torne um elemento vivo e a cara da escola*”. Ele nos ressaltou ainda que está na escola desde 2012, tentando fazer essas discussões a respeito do PPP para a sua reestruturação, mas não vem obtendo sucesso, pois não vê interesse por parte dos professores da escola, já que sua proposta era iniciar as discussões com os professores para depois partir para os demais funcionários, alunos e pais de alunos.

Sobre a participação dos demais funcionários na construção do PPP, o diretor nos reforçou que o documento está em processo de reformulação e que é necessário a participação de todos para isso “*Iniciando pelos professores [...] eu ainda não extrapolei os limites para trabalhar com os pais, mas eu queria com os professores pra gente buscar as estratégias, pra não ser uma iniciativa minha, pra que fosse uma iniciativa nossa [...]*”. Ele vê a necessidade de participação intensa dos professores pois são eles que estão diretamente lidando com as crianças e ele não tinha a prática em trabalhar com crianças do fundamental. Percebemos que o diretor sente a necessidade de mais participação dos professores para pensar estratégias, soluções e discussões.

Assim destacamos a fala de Gandin (1994), o momento certo de planejar o PPP é quando todos os atores da comunidade escolar, tomando conta da necessidade de melhoria na qualidade do ensino da escola, buscam de maneira coletiva melhorar a realidade desta, focando na realidade desejada.

O entrevistado ressaltou ainda a pouca participação dos pais na escola e a falta de cuidado com o patrimônio. Diante disso e desse processo de reformulação, ele nos disse ainda que é necessário:

“Compreender mesmo a importância deste instrumento e como é que ele vai ser redefinido, reorientado, porque ele já existe, a gente não pode perder de vista, ele pode não estar servindo mais pra gente hoje, mas ele é a base, é daqui que a gente tem que, se vai ser bom, agora vai ser só o resultado disso que vai dizer se vai ser bom ou não, se vai atender as nossas demandas ou não, mas acho que já avançamos, a gente precisa só dar continuidade porque pra não ficar novamente no esquecimento, a gente tem que ter já planos, traçar planos, traçar prazos, traçar metas pra gente ir desenvolvendo.”

Ele destaca a necessidade desse documento não cair no esquecimento, sendo necessário trabalhar em cima do que já existe. Nos disse ainda sobre as tentativas de provocar novas discussões entre os professores, para que eles “*tragam a leitura do documento, façam as suas críticas, façam análise, e aí a partir daí traçar outras estratégias para gente começar a partir para comunidade*”.

Nesse sentido, o projeto político-pedagógico se desenvolve, é intencional e se torna parte da vida institucional. Para que a construção do projeto político-pedagógico seja possível não é necessário convencer os professores, a equipe escolar e os funcionários a trabalhar mais, ou mobilizá-los de forma espontânea, mas propiciar situações que lhes permitam aprender a pensar e a realizar o fazer pedagógico de forma coerente (VEIGA, 2002, p. 15)

Ele nos deixou bem claro a visão de uma escola participativa na comunidade e que a escola como instituição participativa da comunidade deve ser valorizada e preservada, onde as pessoas devem se apropriar desse espaço como seu. A meta é que essa reformulação seja feita o mais rápido possível.

É claro as intenções em reformular o PPP da escola dentro dos princípios da gestão democrática, levando em consideração a participação de todos, mas, dentro de tantas dificuldades, a principal destacada pelo gestor é a falta de participação dos professores nesse processo. Porém, nessas condições um projeto pedagógico direcionada para a cidadania, só poderá se efetuar se construído coletivamente por toda a escola, pois todos precisam fazer parte desse processo.

Foi possível perceber também que a gestão da escola tem a compreensão de que o PPP deve ser atualizado a cada dois anos, sendo assim havia a necessidade de reformulação. Mas para isso é necessário possibilitar uma reflexão sobre a sua realidade, sensibilizando a todos os sujeitos a importância do seu envolvimento. Envolver este que traz consciência de um trabalho coletivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação é um instrumento indispensável no exercício de construção da cidadania (Saviani, 2003). Nesse sentido pensar em uma educação para a cidadania é pensar em um sujeito que tenha conhecimento de sua realidade e que consiga contribuir nos processos de tomada de decisão a sua volta.

Pensar uma escola que busca construir a autonomia dos seus estudantes é pensar em uma instituição que crie oportunidades para que as decisões possam ser tomadas de maneira

coletiva e consciente. Pensando em profissionais que poderão atuar como agentes de transformação da sociedade.

. Segundo Veiga (1995), pensar a construção de um PPP deve perpassar pela correspondente autonomia da escola e isso só pode ser feito através de debates e diálogos que estejam fundamentados na reflexão de todos os envolvidos. E esses debates e decisões não devem ficar engavetados, mas sim, torna-se um campo de reflexão-ação-reflexão.

Entende-se a partir da pesquisa que implantar um PPP na escola se torna desafiador à medida que se busca a participação de todos os membros da escola, e o “funcionamento de uma organização escolar é fruto de um compromisso entre a estrutura formal e as interações que se produzem no seu seio [...]” (NÓVOA, 1999, p.25).

Observamos que ainda existe um longo caminho a ser percorrido na reformulação desse documento. Haja vista, que a desmotivação dos professores (que pode se dar por inúmeros motivos) que compõem o quadro educacional desta unidade de ensino. De fato, ainda não se ultrapassou os muros da escola para que se torne uma reformulação democrática e de participação de todos, respeitando a diversidade social e cultural de sua comunidade, para a formação de pessoas mais livres e criativas.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. Trabalho-educação e teoria pedagógica. In: FRIGOTTO, G. (Org.). Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em 01 out. 2019.

DEMO, P. Pesquisa qualitativa. Busca de equilíbrio entre forma e conteúdo. Rev. latino-am.enfermagem, Ribeirão Preto, v. 6, n. 2, p. 89-104, abril 1998.

FREITAS, Luis Carlos. “Organização do trabalho pedagógico”. Palestra proferida no VII Seminário Internacional de Alfabetização e Educação. Nova Hamburgo, agosto de 1991 (mimeo).

GADOTTI, Moacir. “Pressupostos do projeto pedagógica”. In: MEC, Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos, Brasília, 1994.

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. Autonomia da escola: princípios e propostas. São Paulo: Cortez, 1997.

GANDIN, D. A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

GATTI, B.; ANDRÉ, M. A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa em Educação no Brasil. In: WELLER, W.; PFAFF, Nicolle(org.). Metodologia da pesquisa qualitativa em educação: teoria e prática. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GUEDES, Josenilson Viana; SILVA, Angela Maria Ferreira da and GARCIA, Luciane Terra dos Santos. Projeto político-pedagógico na perspectiva da educação em direitos humanos: um ensaio teórico. Rev. Bras. Estud. Pedagóg. [online]. 2017, vol.98, n.250, pp.580-595. ISSN 0034-7183. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.98i250.2991>>. Acesso em 01 de out. 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas. 2003.

NÓVOA, Antônio. “Para uma análise das instituições escolares”. In: Antônio Nóvoa (org.) As organizações escolares em análise. Lisboa, Dom Quixote, 1992.

SANTOMÉ, J. T. A construção da escola pública como instituição democrática: poder e participação da comunidade. Currículo sem Fronteiras, v. 1, n. 1.p. 50-88. jan./jun. 2001. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org>>.

SAVIANI, D. Ética, educação e cidadania. PhiloS: Revista Brasileira de Filosofia de 1º Grau, Florianópolis, v. 8, n. 15, p. 19-37, 2001.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). Escola Espaço do projeto Político-Pedagógico: uma construção coletiva. 7ª Ed. Papirus, 2003.

VEIGA, Ilma P. A. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma P. A. (Org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 2002.

VEIGA, I. P. A. (2001). As dimensões do projeto político-pedagógico. Campinas, SP: Papirus. 2001.

VEIGA, Ilma Passos, Projeto Político da Escola: uma construção coletiva. Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível/ Ilma P. A. Veiga (org.). Campinas, SP: Papirus, 1995.